

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/3/2011

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Fred Costa e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” de 18/3/2011: ofícios da Sra. Raquel Elizabete de Souza Santos, Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica, e do Sr. Lafayette de Andrada, Secretário de Defesa Social (2). Registra-se a presença do Deputado Bosco. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado e à Secretaria de Planejamento e Gestão pedido de providências para a nomeação dos candidatos aprovados no concurso para defensor público homologado em 16/2/2011; Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para discutir, em audiência pública, a proposta de criação da Via Albuquerque e o projeto de revitalização e valorização de quatro quarteirões da Rua Antônio de Albuquerque, em Belo Horizonte; Carlin Moura, em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude para discutir, em audiência pública, a realização de eventos de música eletrônica em Juiz de Fora e, em especial, o indeferimento, pela Prefeitura desse Município, do pedido de alvará para a realização do evento GOA; e Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Minas e Energia para, em audiência pública com a participação de entidades do movimento estudantil, discutir a destinação dos recursos da cota-parte do Estado na Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2011.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura.



ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/3/2011

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Sávio Souza Cruz (substituindo o Deputado Ulysses Gomes, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” de 26/3/2011: ofício da Sra. Raquel de Andrade Lima Coelho, Coordenadora-Geral do Programa de Pesquisa em Saúde do CNPq. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 303/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para reunião extraordinária na mesma data, às 16 horas, no Plenarinho IV, para apreciação do parecer do Projeto de Lei nº 601/2011, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2011.

Antônio Júlio, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Gustavo Corrêa - Arlen Santiago.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/3/2011

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a apresentar à Comissão as ações referentes a campanha de combate à pedofilia no Brasil, promovidas pela empresa de telefonia OI, entre as quais o cartão de telefone fixo com mensagem alusiva ao tema. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Murilo Tadeu Moreira Silva, assessor técnico, representando Wander José Goddard Borges, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social; Bruno Terra Dias, Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros - Amagis -; e Marcos Antônio Borges, representante institucional da Oi, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Paulo Lamac, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/4/2011

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado (substituindo o Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do BPS) e o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar da violação dos direitos dos herdeiros da família Abreu, que lutam por indenização em virtude da desapropriação para a construção da Cidade Industrial de Contagem. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Carla Marques Barbosa, membro da família herdeira da Fazenda Peroba; Geovânia Cortes Abreu, membro da família herdeira da Fazenda Ferrugem, representando Maria Abreu, membro da família herdeira das Fazendas Ferrugem e Peroba; Carla Abreu, filha de Maria Abreu, herdeira, e o Sr. Evandro Brandão, advogado, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença do Deputado Sargento Rodrigues, membro da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (6), em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para ouvir o Policial Militar Ronilson Eustáquio Marteleto, que alega ter sofrido, no cumprimento de suas obrigações profissionais, constrangimento ilegal, abuso de autoridade, tortura psicológica, ameaça e omissão de socorro, praticados por seus superiores, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para tratar da violação dos direitos de artistas mineiros que participaram da montagem do espetáculo "Cordel Épico Nordestino", produzido pela empresa "Taboca Produções e Eventos", com recursos de lei federal de incentivo à cultura, em que solicita sejam encaminhados ao Governador do Estado, ao Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, às autarquias especiais da Comarca de Belo Horizonte e à 2ª e à 7ª Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça as notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para que seja solucionado o litígio referente à indenização dos herdeiros dos proprietários de áreas declaradas de utilidade pública pelo Decreto Lei nº 770, de 20 de março de 1941, para a implantação do Parque Industrial de Contagem, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão com o Governador do Estado para discutir a questão do pagamento das indenizações aos herdeiros dos proprietários



das áreas declaradas de utilidade pública, conforme o Decreto Lei nº 770, de 1941, em que solicita sejam encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça as notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para que o processo de indenização aos herdeiros das famílias cujos imóveis foram desapropriados há 70 anos, para a construção da Cidade Industrial de Contagem, seja solucionado imediatamente; em que solicita seja realizado debate público sobre a possível violação de direitos fundamentais dos herdeiros das famílias cujos imóveis foram desapropriados pelo Estado, considerando-se que até hoje não foram devidamente indenizados e que o processo judicial a respeito se arrasta há 70 anos, mesmo depois de instaurada a fase de execução; Sargento Rodrigues, em que solicita sejam encaminhados à Corregedoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais as notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para que o processo de indenização aos herdeiros das famílias cujos imóveis foram desapropriados há 70 anos, para a construção da Cidade Industrial de Contagem, seja solucionado imediatamente; e Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado apelo à TV Assembleia para que promova debates sobre os temas “Exploração sexual de crianças e adolescentes”, “Pornografia infantil é crime” e “Pedofilia”. Solicita, ainda, sejam veiculados na programação da TV Assembleia comerciais e vinhetas com a campanha da OI, que tem o propósito de combater tais práticas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/4/2011

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 53/2011, do Deputado Almir Paraca, que solicita seja encaminhado ao Presidente da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam - pedido de informações sobre as ações de revitalização, modernização e atualização metodológica e pedagógica dessa Fundação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 123/2011, do Deputado Almir Paraca, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e ao IEF-MG pedido de informações sobre a destinação dos recursos do Programa Bolsa Verde. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 139/2011, do Deputado Paulo Lamac, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre a operação realizada pela Polícia Militar em 19/2/2011, na Vila Marçola, Aglomerado da Serra, causando a morte de dois moradores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Discussão da indicação do nome de Antônio Abrahão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação do nome de José Geraldo Oliveira Silva para o cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação do nome de Ana Maria Pacheco para o cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação do nome de Carlos Alberto Pavan Alvim para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais - IO-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação do nome do Cel. PM Eduardo Mendes de Sousa para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação do nome de Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação do nome de José Elcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.



Discussão da indicação do nome de Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 20.342, que autoriza o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam - a doar ao Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais - Cepasa -, com sede no Município de Unai, o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Neider Moreira solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4/2011, do Governador do Estado, que extingue a pensão vitalícia instituída pela Lei nº 1.654, de 26/9/57. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 6/2011, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 18.682, de 28/12/2009, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, e a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 5/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 302/2011, do Deputado Doutor Viana, e 335/2011, do Deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 5/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 195/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 304/2011, do Deputado Jayro Lessa; 321/2011, do Deputado Neilando Pimenta; e 333/2011, do Deputado Cássio Soares.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 5/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Resolução nº 412/2011, do Deputado Célio Moreira; Projetos de Lei nºs 160 e 243/2011, do Deputado Elismar Prado; 265/2011, do Deputado Fred Costa; 316/2011, do Deputado Célio Moreira; 351/2011, do Deputado Fred Costa; 381, 382 e 442/2011, do Deputado Célio Moreira; e 481/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 279/2011, do Deputado Paulo Guedes; Projeto de Lei Complementar nº 1/2011 e Projetos de Lei nºs 10 e 106 e 114/2011, do Deputado Elismar Prado; 67 e 72/2011, do Deputado Fred Costa; 98/2011, do Deputado Elismar Prado e do Deputado Almir Paraca; 155/2011, do Deputado Elismar Prado; 182, 187 e 188/2011, do Deputado Elismar Prado e do Deputado Almir Paraca; 257/2011, do Deputado Elismar Prado; 258/2011, do Deputado Fred Costa; 298/2011, do Deputado Elismar



Prado; 302/2011, da Deputada Liza Prado; 368/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 377/2011, do Deputado Célio Moreira; 390 e 407/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 438/2011, do Deputado Célio Moreira; 456, 457, 470, 472, 474, 475, 478, 504, 505, 509 e 510/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 565/2011, do Deputado Neilando Pimenta e do Deputado Fred Costa; 599/2011, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 230 e 236/2011, do Deputado Elismar Prado; 430/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 543/2011, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 5/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento n° 262/2011, do Deputado Duarte Bechir.

Finalidade: discutir a previsão de reajuste da tarifa de energia elétrica no Estado e obter informações sobre o medidor inteligente de consumo de energia elétrica a ser testado no Estado a partir do segundo semestre.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 5/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 325 e 327/2011, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, e 334/2011, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 5/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei n° 191/2011, dos Deputados Elismar Prado e Almir Paraca.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 217/2011, do Deputado Romeu Queiroz; 230/2011, das Deputadas Ana Maria Resende, Liza Prado, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis; 232/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 260/2011, dos Deputados Doutor Viana e Sávio Souza Cruz; 261 e 263/2011, do Deputado Duarte Bechir; 276 a 278/2011, da Comissão de Direitos Humanos; 315/2011, da Comissão de Participação Popular; 316/2011, do Deputado Hélio Gomes; 324/2011, do Deputado João Vítor Xavier; 336/2011, do Deputado Jayro Lessa, e 337/2011, da Deputada Maria Tereza Lara.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 5/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 5/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater as metas do Estado para o desenvolvimento das políticas esportivas que comporão o Plano Estadual do Esporte. Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 6/4/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n.ºs 258/2011, do Deputado Doutor Viana, e 328/2011, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Finalidade: discutir, com a presença de convidados, a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos relativa aos desaparecidos políticos do Araguaia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 5/4/2011, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação das indicações, feitas pelo Governador do Estado, do nome de Antônio Abrahão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG -; do nome de José Geraldo Oliveira Silva para o cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam -; do nome de Ana Maria Pacheco para o cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop -; do nome de Carlos Alberto Pavan Alvim para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais - IO-MG -; do nome do Cel. PM Eduardo Mendes de Sousa para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM -; do nome de Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig -; do nome de José Elcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -; e do nome de Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG -; e dos Requerimentos n.ºs 53/2011, do Deputado Almir Paraca, que solicita seja encaminhado ao Presidente da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam - pedido de informações sobre as ações de revitalização, modernização e atualização metodológica e pedagógica dessa Fundação; 123/2011, do Deputado Almir Paraca, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e ao IEF-MG pedido de informações sobre a destinação dos recursos do Programa Bolsa Verde; e 139/2011, do Deputado Paulo Lamac, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre a operação realizada pela Polícia Militar em 19/2/2011, na Vila Marçola, Aglomerado da Serra, causando a morte de dois moradores; e, na 2ª Fase, à apreciação do veto à Proposição de Lei n.º 20.342, que autoriza o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam - a doar ao Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais - Cepasa -, com sede no Município de Unaí, o imóvel que especifica; e dos Projetos de Lei n.ºs 4/2011, do Governador do Estado, que extingue a pensão vitalícia instituída pela Lei n.º 1.654, de 26/9/57; e 6/2011, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 4º da Lei n.º 18.682, de 28/12/2009, e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 4 de abril de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Solanda Steckelberg Silva para o Cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Rômulo Veneroso, Carlos Mosconi, Carlin Moura e Elismar Prado, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/4/2011, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à



arguição pública da indicada, de discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 11/2011, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2011.

Fred Costa, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e os Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Doutor Viana, Romel Anízio e Rômulo Viegas, membros da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para a reunião a ser realizada em 5/4/2011, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre as regras do licenciamento ambiental de estabelecimentos rurais, referentes às atividades da agricultura familiar, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2011.

Célio Moreira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/4/2011, às 11h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Octávio Elísio Alves de Brito para Presidente da Hidroex

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Délio Malheiros, Adelmo Carneiro Leão, Anselmo José Domingos e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/4/2011, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública do indicado, de discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 18/2011, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Marilena Chaves para Presidente da Fundação João Pinheiro

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Bosco, Délio Malheiros e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/4/2011, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 13/2011, do Governador do Estado, de proceder à arguição pública da indicada e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de abril de 2011.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 30/3/2011

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, servidores desta Casa, profissionais da imprensa, pessoas que nos acompanham das galerias e especialmente pela TV Assembleia, boa tarde. Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna, nesta tarde de quarta-feira, é um assunto sobre o qual tenho lido nos jornais e que tem me incomodado de forma particular, em virtude da minha posição e da minha profissão de fé. Acredito que todos têm o direito de fazer as suas defesas, levantar as suas bandeiras e criar as suas frentes. Entretanto, acredito também não ser possível e admissível debitar na conta de algumas



pessoas ou de um determinado grupo o insucesso muitas vezes oriundo da incapacidade e da inabilidade de determinados parlamentares ao conduzirem seus pleitos com os colegas.

Porém, antes de entrar nesse assunto, quero também fazer menção a um ocorrido que já é conhecido por todos: a partida do nosso ex-Vice-Presidente José Alencar, pessoa que dispensa comentários. É claro que, ao mesmo tempo em que tinha muitas virtudes, tinha também defeitos, mas era uma pessoa de quem - creio -, de forma unânime, todos nós guardaremos boas lembranças. Tive o prazer e o privilégio de estar com ele em algumas oportunidades, uma delas no Palácio do Jaburu, em Brasília, quando pude orar com ele por ocasião da sua enfermidade. Amanhã o seu corpo será trasladado para Belo Horizonte, onde serão prestadas as últimas homenagens.

Sr. Presidente, falando sobre o assunto que me traz a esta tribuna, eleger-se, neste último pleito, o Deputado Federal Jean Wyllys, conhecido defensor da causa homossexual, como homossexual que é, e não falo aqui nenhuma novidade. Ele ficou conhecido nacionalmente por meio de um programa de gosto discutível, daquela que é considerada a maior rede de televisão do nosso país. Agora, investido pelo mandato no poder, ele está em Brasília e acabou de lançar a frente que propõe defender principalmente os homossexuais. Até aí não tenho nada contra, acredito que ele está legitimando o voto que recebeu ao fazer essa defesa e ao abraçar uma causa. O que não admitirei, Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham de suas casas nos mais de 300 Municípios aonde a TV Assembleia chega, é que o Deputado Jean Wyllys queira debitar na conta dos Deputados da Bancada Evangélica o insucesso por até então não prosperarem os projetos que defendem os interesses da classe homossexual. São 513 Deputados na Câmara Federal e 86 Senadores. Portanto, são quase 600 parlamentares. Os Deputados da Bancada Evangélica em Brasília somam pouco mais de setenta. Então, não são esses que impedem o avanço das ideias e das propostas que ele defende para o seu grupo. Talvez estejam lhe faltando argumentos que convençam os outros mais de 400, que não são evangélicos, a aderirem ao seu projeto, à sua ideia e a defender o que ele defende. Está aqui, no caderno de política do jornal "O Tempo" do dia 26 de março: "Jean Wyllys enfrenta fanatismo religioso". Está aqui no jornal "Estado de Minas" de hoje: "Briga por união homossexual", e traz-se a foto dele. Ele se tornou, nobre companheiro Hélio Gomes, famoso músico de uma nota só, porque a única coisa que ele sabe dizer é que somos homofóbicos. Eles só sabem usar essa expressão, que virou, de certa forma, arma contra os que não concordam com suas ideias e pensamentos. Ora, temos direito de discordar, temos direito ao contraditório, temos direito de também expor nossas posições e nossas ideias.

É sabido que, em Brasília, Deputado João Leite, as escolas - mais de 6.000 escolas públicas do nosso país - estão sendo preparadas neste ano para receberem o que chamarei de "kit gay". Esse "kit" ensina a nossas crianças a prática homossexual. Ele traz uma novelinha de um jovem que entra no banheiro e encontra outro jovem, pelo qual se mostra interessado. Mas esse jovem é um adolescente, uma criança. Onde está o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente quando se trata da produção de um material como esse, que empurra nossas crianças para a homossexualidade?

Que ensino é esse? Qual é a contribuição que ele poderá nos dar? Essa é a minha pergunta. Dinheiro público, dinheiro nosso, dinheiro meu, dinheiro seu será gasto nesse material, que não será barato. Alguém poderá dizer-me: "não, as escolas não serão obrigadas a adotar o material". Tudo bem. Então, faço um apelo às professoras e aos professores da rede pública do Estado: digam "não" a esse material quando ele chegar às escolas. Quero ter o direito de dizer que não quero ver meus filhos passeando em um "shopping" e vendo um homem beijando outro homem na boca ou uma mulher beijando outra mulher na boca. Tenho o direito de dizer que não quero isso, e esse direito é inalienável. Ninguém pode tirá-lo de mim. Defendo valores.

Quando surgiu a notícia desse "kit vergonha", no ano passado, eu e o companheiro Deputado João Leite fomos ao Ministério Público e levamos pedido de providências em relação a ele. Esse "kit vergonha" está para ser distribuído pela rede pública do nosso país. Eu e o Deputado João Leite fomos ao Ministério Público e entregamos o caso ao Procurador-Geral, Sr. Alceu Torres Marques, que se pronunciou no dia 10 de fevereiro, enviando-nos uma resposta com o seguinte teor: "Excelentíssimo Senhor, com meus cordiais cumprimentos, reporto-me à correspondência subscrita por V. Exa. e pelo ilustre Deputado João Leite, noticiando suposto caso de infração aos preceitos dos arts. 17 e 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente, para comunicar-lhe que, conforme informação procedente do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, o documento foi encaminhado ao Ministério Público Federal, por tratar-se de material didático elaborado pelo Ministério da Educação. Sem mais, reitero votos de meu elevado apreço e distinta consideração." Ou seja, o que levamos a ele, Deputado João Leite, foi encaminhado ao órgão competente.

Não podemos nos calar. Não podemos, como evangélicos, permitir que se crie uma guerra santa. E diria: não tão santa assim ou até nada santa. Não poderia me calar, lendo nos jornais e ouvindo o que um parlamentar como Jean Wyllys vem falando em Brasília a respeito de nosso segmento. Merecemos respeito, afinal somos quase 30% desta nação, para a qual damos grande contribuição. Não podemos aceitar essa pecha de homofóbicos que está sendo impingida a nós. Não, não somos! Se manifestarmos aqui nossas posições, se fizermos as nossas defesas, se mostrarmos o apreço e o zelo que temos pelos valores, principalmente os familiares, é sermos homofóbicos, então terei de admitir que o sou, pois estarei fazendo a defesa dos valores nos quais creio como pai de família, e não como Deputado. Como tal, tenho de vir aqui e fazer a minha manifestação. Não posso admitir que alguém, por falta de argumentos, venha eleger um grupo de Deputados em Brasília para atribuir-lhes o insucesso de seus pleitos. Seja mais competente, mais convincente e convença os outros mais de 400 Deputados daquela Casa a aderirem aos seus projetos e às suas ideias.

Por que ele não fala dos outros mais de 400 que lá estão? Por que escolheu exatamente o grupo de Deputados evangélicos da Câmara Federal? Não vamos admitir isso, não vamos aceitar isso.

Com prazer, concedo aparte a meu colega Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Deputado Vanderlei Miranda, acompanho-o até com certa tristeza. Esse é um tema que não me agrada discutir. As mensagens que recebi hoje tratavam desse tema. Espero que o governo federal e, de alguma forma, parte do Congresso respeitem o direito dos brasileiros de viver da maneira que querem. Quero criar meu filho para se casar com uma mulher; quero criar minhas filhas para se casarem com um homem. É meu direito, direito fundamental, está na Declaração Universal dos



Direitos Humanos, está na nossa Constituição. Também é nosso direito ter a nossa fé, que tem um livro, a Bíblia, que combate o homossexualismo. Rasgamos a Bíblia? Rasgamos a nossa fé? É nosso direito ter a nossa fé.

Vivemos uma contradição: um governo que insiste em impor aos brasileiros o que não pode ser imposto às pessoas. É a minha vida, é a sua vida, é a vida das pessoas que estão nas nossas igrejas, é a vida das pessoas que estão em outras igrejas e que creem. Assim não dará certo o que o governo federal e setores do Congresso querem. Eles dividirão o nosso país. Até hoje vivemos com esse respeito. Impor cartilhas em escolas públicas? Nas escolas públicas estão representantes de toda fé, filhos de pessoas de todas as crenças, e isso não pode ser imposto a elas. Pessoas que acreditam na família de homem e mulher. Como impor-lhes isso? Como impor a crianças cartilhas como essas? Chegamos a um tempo no Brasil que nunca imaginei ver, de colocar pessoas umas contra as outras. É nosso direito, impossível abriremos mão. A Igreja começa defendendo a sua fé, morrendo pela sua fé. Será que teremos no Brasil novamente essa cobrança? Já tentaram tirar os crucifixos e as Bíblias das repartições públicas, entendendo que o Estado é laico. O Estado é laico, mas as pessoas são religiosas, acreditam, têm fé. É impossível impor às pessoas a perda da sua fé.

Parabenizo-o, e estamos aguardando a resposta desse acinte contra as crianças brasileiras, especialmente as que foram criadas nos nossos lares, com valores tão importantes.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, para concluir, faço um alerta aos senhores pais que nos estão assistindo. Esse material poderá chegar à escola do seu filho. Fique atento porque ele não tem nada de saudável e tem a única proposta de induzir nossos filhos a práticas homossexuais. Então, fiquem atentos, vigilantes, assim como estaremos daqui, desta trincheira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, queria apenas fazer uma breve e rapidíssima referência aos Deputados que me antecederam. Essa questão merece de todos nós uma análise mais profunda, mais cuidadosa. Não nos cabe defender o passado e o presente que vivemos como a condição saudável para as famílias brasileiras ao imaginar que nelas tem de se tratar do homossexualismo como se fosse a escória ou como se estivesse à margem. A questão está inserida na família. Ela é muito complexa e delicada, para, de repente, fazermos um conceito de que na família isso está excluído, como se isso também fosse uma opção. Não tenho dúvida nenhuma de que as condições ambientais, as circunstâncias em que vivem as famílias, a questão do meio têm fortes influências na questão do homossexualismo. Mas não é só uma questão de opção. É também uma condição humana. Se não tratarmos essa questão como condição humana que também merece respeito, corremos o risco de sustentar os preconceitos que tanto mal têm feito à sociedade brasileira e à nossa civilização. Quero deixar registrado aqui esse meu sentimento. Acho que vale a pena a gente discutir e aprofundar essa questão.

Quero, hoje, no dia 30 de março, considerando este o mês das mulheres, fazer uma homenagem, e cumprimento a Deputada Luzia Ferreira, uma mulher extraordinária.

Peço permissão, rogo a especial atenção desse egrégio Plenário para uma comunicação da mais alta relevância, que tem tudo a ver com a luta árdua e dolorosa enfrentada pela sociedade brasileira contra os desmandos e atentados aos direitos humanos cometidos durante o período da ditadura militar. Faleceu no último 5 de março, em Araraquara, São Paulo, aos 86 anos de idade, de falência múltipla dos órgãos, a Madre franciscana Maurina Borges da Silveira, mineira de Perdizes, lá no Triângulo Mineiro. Mulher notável. Soube fazer da vida um claro e fecundo apostolado. Por força de denunciismo inconsequente, do dedurismo perverso - que orientou as ações dos algozes da tirania em momentos tenebrosos do passado - , essa freira, que vestiu o hábito religioso ainda mocinha por genuína vocação, foi injustamente presa e barbaramente torturada, pagando até com exílio forçado por atos que jamais cometeu. Nunca é demais, Deputada Maria Tereza, colocar na memória e lembrar as vítimas da ditadura, as pessoas que, com sangue e sofrimento, puderam alertar e despertar o povo brasileiro para, cada vez mais, repudiar essa forma de governo.

A Madre Maurina pertencia a uma família modesta, muito religiosa, de pequenos sitiantes, radicada em Perdizes. Dois de seus irmãos e uma de suas irmãs optaram, como ela o fez, pela vida religiosa. Em outubro de 1969, nos chamados “anos de chumbo”, aos 41 anos de idade, ela dirigia o Orfanato Lar Santana, em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Sem qualquer envolvimento em ações de conotação política, consagrada fervorosa e exclusivamente ao mister religioso, Madre Maurina permitiu que um grupo de estudantes católicos utilizasse, vez por outra, para encontros periódicos, sala da instituição que dirigia. As autoridades rotularam o grupo de estudantes de subversivo, pois lá estava Mário Lorenzato, apontado como membro de uma organização considerada clandestina.

Foi o quanto bastou para que a crueldade da repressão colocasse as garras na religiosa. A tristemente famigerada Operação Bandeirantes - Oban - retirou-a com boçalidade e estupidez inomináveis do convento em que residia. Acusou-a de pertencer a movimentos subversivos. Em razão disso, submeteram-na a toda sorte de sevícias. De nada adiantaram suas explicações quanto aos equívocos que estavam sendo cometidos em relação ao seu papel no episódio motivador da virulenta repressão.

A leitura dos depoimentos conhecidos a respeito dos horrores sofridos pela Madre Maurina nas mãos de policiais e militares é de molde a deixar a pessoa mais insensível inteiramente transtornada. A religiosa foi alvo de torpes acusações, entre elas a de ser amante de dirigentes de movimentos clandestinos.

As violências chegaram a tal extremo que o então Arcebispo de Ribeirão Preto, reconhecendo-se impotente para enfrentá-las pela via jurídica, resolveu apelar para a excomunhão dos torturadores, sem todavia lograr a publicidade na mídia da decisão canônica adotada.

O Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Evaristo Arns, encontrou nessa pavorosa tragédia pessoal inspiração para empunhar com destemor a bandeira da heroica luta que levou a todos os recantos do País e até ao exterior em defesa dos torturados, dos desaparecidos políticos, das vítimas da ditadura.

Madre Maurina e seus superiores religiosos dirigiram pungentes e dramáticos apelos às autoridades governamentais e militares, na tentativa de interromper o martírio que lhe impuseram. Em 1970, a freira figurou na lista de presos políticos exilados para o México em troca de um diplomata japonês que havia sido sequestrado em São Paulo por grupo guerrilheiro. Lembro que ela não estava na



lista, no entanto foi o próprio governo autoritário e ditador que a colocou. Por conta do exílio, ela permaneceu por mais de 10 anos fora do País.

Muitas pessoas sustentam que o nome de Maurina Borges não figurava, a princípio, na lista de exilados. A inclusão teria sido determinada por representantes da ditadura interessados em se livrarem da incômoda situação criada por órgãos da repressão responsáveis por manter em cativeiro e sob sevícias uma religiosa sem qualquer envolvimento político. Sobre o suplício de Madre Maurina Borges a Editora Vozes está preparando um livro.

A religiosa, pouco antes de sua morte, relatou um episódio impressionante que, segundo alguns, ajude talvez a explicar o caráter maldoso e maquiavélico que rodeou a sua indesculpável detenção, causadora de tanto sofrimento. No orfanato em que era Madre Superiora havia 15 crianças filhas de mães solteiras de classes abastadas da região. Essas crianças ocupavam lugares reservados a órfãos pobres. As famílias endinheiradas destinavam cheques polpudos ao orfanato para mantê-los, na expectativa de que sua condição de filhos rejeitados não caísse no domínio público. Madre Maurina resolveu procurar essas famílias ponderando que assumissem, sem constrangimentos desnecessários ditados por meras conveniências mundanas, suas indeclináveis responsabilidades paternas. A própria religiosa admitiu, em certa ocasião, que essa sua atitude acabou influenciando de algum modo a violência que lhe foi infligida.

Srs. Deputados, esse registro eu faço com reverência e respeito, para homenagear a memória dessa mulher valorosa. Madre Maurina Borges, nossa coestaduana, cidadã de Perdizes, religiosa com grande acervo de realizações em favor dos desamparados, foi transformada pelo ódio irracional, que brota fácil do despotismo, numa mártir dos tempos modernos, dos tempos opressivos vividos pela nação brasileira.

Tempos que, permita Deus, nunca mais haverão de existir em nossa pátria. Pátria que, pela vontade soberana do povo, tornou-se hoje cenário abençoado de uma das mais extraordinárias experiências democráticas do mundo contemporâneo.

Deixo registrada a minha homenagem a essa mulher extraordinária, que lutou pela vida, pelo povo, pelos pobres, pela dignidade humana: Madre Maurina, franciscana. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Luiz Carlos Miranda - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ouvintes da TV Assembleia e colegas companheiros. Estou aqui hoje para apresentar também as nossas homenagens a esse mineiro. Em 1994, chegaram quatro veículos a um sítio onde me encontrava na pequena cidade de Iapu. Observei que num deles estava José Alencar, Presidente da Fiemg na época. Na ocasião, eu era Presidente da Federação dos Metalúrgicos. Quando lá chegou, Alencar disse que seria candidato a Governador de Minas. Ainda brinquei com ele dizendo-lhe: José Alencar, o senhor é um empreendedor de qualidade. Como pode falar em política num momento como este? Ele me respondeu: “Quero dar a minha contribuição à política brasileira”. Naquele ano José Alencar saiu candidato a Governador de Minas.

Hoje quero exaltá-lo dizendo como a vida determina os nossos rumos e qual missão é confiada a cada um de nós. Enquanto muitos criticam às vezes os políticos do Brasil, esquecem-se de que, pela política se determina também a solidariedade das pessoas. Certamente que, se naquele momento o nosso estimado amigo não tivesse entrado para a política brasileira, não teria deixado essa obra extraordinária nem transmitido à sociedade brasileira a maneira como se deve lutar diante das crises e das situações difíceis. Se continuasse só como um grande empreendedor, não haveria como demonstrar a toda cidadã e a todo cidadão brasileiro o que se pode fazer, ou seja, o que se pode construir de uma carreira.

Então, solidarizo-me com a família do companheiro e amigo José Alencar. Muitas vezes eu, como Presidente da Federação dos Metalúrgicos, e ele, como Presidente da Fiemg, tivemos nossos debates sobre capital e trabalho, que foram muito promissores.

Aproveitando este dia de reflexão, eu não poderia deixar de abordar uma questão: hoje, pela manhã, eu estava na expectativa de ouvir tantas histórias do nosso José Alencar e fui surpreendido com a jornalista mineira Míriam Leitão, uma articulista econômica da Rede Globo, jornalista pela qual tenho respeito e admiração, que usou o programa “Bom Dia Brasil” para fazer crítica às centrais sindicais, criticando os trabalhadores brasileiros. Não sei qual empresário, qual capitalismo lhe pagou para fazer tal reportagem. Precisamos realizar as tantas e tão importantes obras, como serão as do PAC. Mas não se pode fazer obra do PAC explorando trabalhadores. Em Rondônia, hoje há trabalhadores mineiros que estavam sendo jogados no meio do mato, morando em taperas. Estão lá fazendo greve pela honra, pela dignidade, e a articulista Míriam Leitão critica as centrais sindicais, em especial a Força Sindical e a CUT. Quem é ela para criticar a luta dos trabalhadores? Digo à população brasileira: se não fosse o Movimento Sindical Brasileiro, estaríamos, até hoje, naquela ditadura brava, em que o cidadão e a cidadã não tinham sua liberdade preservada e respeitada. E as centrais sindicais têm responsabilidade de humanizar a relação capital e trabalho. A articulista, colega, companheira e conterrânea, mineira precisa ler um pouco mais sobre as centrais sindicais, sobre a trajetória dos dirigentes sindicais deste país para poder fazer suas críticas. Então, creio ser este um momento para fazermos reflexões sobre duas situações de dois mineiros. Um deles é um mineiro de destaque, empreendedor, que sempre preservou a boa relação de seus empregados com o patronato; outra, uma articulista que fez críticas às centrais sindicais brasileiras.

Então, creio ser este um momento de sentimentos pelos quais passamos no Brasil, um de perda, e um - às vezes - de revolta, quando alguém que não conhece a história, não conhece o que representa o movimento sindical para o Brasil e sua trajetória faz críticas absurdas em um momento como este, em que trabalhadores ganham um salário de R\$545,00, são contratados pelas obras do PAC e jogados no meio da mata, sem banheiros, sem alimentação e sem salários honrados. Assim, quero lamentar que essa mineira tenha dado, hoje, essa contribuição tão desastrosa à sociedade brasileira.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Deputado Luiz Carlos Miranda, V. Exa. é uma voz reconhecida em favor dos trabalhadores, mineiros, brasileiros, e eu não poderia ficar em silêncio neste momento em que temos visto imagens de trabalhadores brasileiros aviltados no trabalho. Como V. Exa. mesmo disse, alguns lançados em floresta, debaixo de péssimas condições de trabalho, mostrando algo que praticamente não existe há muito tempo no Brasil - os nossos trabalhadores rebelados, revoltados com a falta de condições de trabalho.



Então quero solidarizar-me com V. Exa., que representa tão bem os nossos trabalhadores, assim como solidarizar-me com esses trabalhadores brasileiros, que deixam suas famílias em seus Estados e são contratados para tais obras e lhes são negados os direitos mais elementares para o trabalho. Quero lamentar também, Deputado Luiz Carlos Miranda, que o governo brasileiro seja o patrocinador disso. Será que a Presidente Dilma não está vendo o que está acontecendo com os trabalhadores? Que não tem nenhuma palavra, Deputado Luiz Carlos Miranda? V. Exa. não foi chamado a Brasília? Os líderes dos trabalhadores não foram chamados? Qual a explicação para isso, qual a fiscalização que o governo federal está fazendo dessas obras, deixando os trabalhadores brasileiros nessa situação de risco total? Parabéns pelo seu pronunciamento em defesa do trabalhador brasileiro.

O Deputado Luiz Carlos Miranda - Obrigado, Deputado João Leite. Estamos hoje com mais de oitenta mil trabalhadores parados em todo o Brasil, exercendo o papel de cidadãos; são trabalhadores que constroem as obras do futuro, que são as obras do PAC, e que não podem ser tratados como animais, como os cidadãos são normalmente tratados em nosso país.

Mais uma vez, Srs. Deputados, quero chamar a atenção de todos para um assunto. Na semana passada, o Deputado João Leite, sabiamente fez uso da palavra para elogiar a Usiminas, tantas vezes elogiada por esta Casa, da qual recebeu várias menções. Hoje ela tem um Presidente-Executivo, que é um amigo, um conterrâneo e um companheiro nosso, o Wilson Brumer, mas quem manda na Usiminas são os acionistas, que estão fora de Minas Gerais. São acionistas a Camargo Corrêa, que está contratando e maltratando esses trabalhadores; o Grupo Votorantim, que está em São Paulo; e a Nippon Steel, que está no Japão. Com isso, tentam descaracterizar uma empresa com 50 anos de história, como a Usiminas. Hoje, quando lemos alguma notícia sobre a Usiminas, temos de identificar de qual Usiminas se trata, porque há a Usiminas que é Minas Gerais e aquela que é de São Paulo, a Cosipa. Todos os investimentos da Usiminas estão sendo desviados para São Paulo, em vez de serem construídos dentro desse projeto de 50 anos de história, dessa relação de Minas com os japoneses. Assim, quero lembrar ao povo mineiro que o Conselho da Usiminas deverá se reunir no dia 22 de maio, e precisamos pressioná-lo. Aliás, estamos propondo a esta Casa a realização de uma audiência pública com os acionistas da Usiminas, para que se determine o futuro da Usiminas em Minas - não me refiro ao futuro da Usiminas, que é muito grande, mas ao futuro da Usiminas em Minas: no Vale do Aço e em Ipatinga.

Agradeço a todos, dizendo mais uma vez aos colegas Deputados que precisamos ficar reunidos e unidos para que a Usiminas mantenha a sua trajetória de empresa modelo no Estado de Minas Gerais. Obrigado, Srs. Deputados. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Liza Prado* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, população que nos acompanha, quero registrar a minha solidariedade ao povo brasileiro e à família de José Alencar, um homem que lutou bravamente pela vida, demonstrando otimismo em todos os momentos difíceis por que passou. Que ele vá com Deus!

Tive a honra de participar de vários eventos a que ele compareceu, durante a campanha da Dilma e em campanhas anteriores, nos quais ele sempre se mostrou uma pessoa muito elegante. Foi um empresário que defendia os interesses dos empresários brasileiros e um Vice-Presidente da República que honrou o cargo que ocupou, com personalidade e presença. Tenho certeza de que ele deixou um exemplo para o povo brasileiro e para as pessoas eventualmente acometidas pelo mesmo problema que ele enfrentou. Desejo que sua família receba muito conforto e que passe por essa dificuldade com galhardia, porque ele foi uma pessoa que em todos os momentos demonstrou honrar o nome do povo brasileiro.

Quero ainda manifestar os meus agradecimentos ao povo de Contagem, que me dirigiu muito apoio e solidariedade. Novamente, venho recebendo reclamações relativas às Funecs; são professoras e professores muito angustiados com o fechamento das Funecs, que têm um trabalho maravilhoso com os cursos profissionalizantes, exemplo para Minas Gerais. Infelizmente, a Prefeita de Contagem está sendo conhecida como aquela que desmontou os cursos profissionalizantes no Município. Espero que essa posição seja revista e até apresente ao governo do Estado um requerimento que pede sua colaboração. Sabemos que as Funecs em Contagem são todas mantidas pelo Município e que são um exemplo de política pública municipal, que deveria ser copiada, mas entendemos também que existe responsabilidade do Estado. Compreendemos as dificuldades orçamentárias para que o Município arque com essa despesa, mas há um orçamento próprio para isso.

Há muitos anos, desde a criação das Funecs, existe orçamento próprio. Ou seja, apesar do fechamento de várias Funecs, Deputado Bonifácio Mourão, ainda permanece o mesmo orçamento. Então, recurso há. Não posso acreditar que uma Prefeita que admiro tanto, que defende tanto a educação, que conseguiu fazer em Contagem obras tão necessárias, uma pessoa realmente dinâmica, uma mulher corajosa, trabalhadora termine esse mandato com uma péssima posição diante do povo de Contagem e de pessoas que tinham a maior paixão e amor por essa fundação. Somente quem vive em Contagem sabe quanto as Funecs mexem com o coração e o sentimento dos cidadãos de Contagem. Grande parte da população que passou pelas Funecs conseguiu vivenciar a teoria junto com a prática, fazendo com que o aluno, o adolescente, além de terminar o seu ensino médio, ainda conseguisse ter seu curso profissionalizante.

Portanto, creio que foi um desserviço o fechamento das Funecs. Saibam que, se eu conseguir, usarei essa tribuna todos os dias para mostrar o meu repúdio, o meu descontentamento e a minha defesa do povo de Contagem. Elogio o que é bom. Por exemplo, as praças melhoraram. A Prefeita teve até de recorrer a um chaveiro para fazer as chaves da Prefeitura. Realmente ela passou por muitas dificuldades, mas não conseguiu terminar o mandato com brilhantismo. O Presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, nordestino, não teve facilidades na vida. Pelo contrário, ele encontrou muitas dificuldades, mas conseguiu abrir faculdades e escolas de ensino profissionalizante por todo o Brasil. No entanto, agora temos uma pessoa que nos envergonha com o fechamento das Funecs. Espero reverter esse processo e que outras providências sejam tomadas.

Estou solicitando que também o Estado colabore e resolva uma questão em Uberlândia no que diz respeito à ampliação dos cursos da Escola Estadual René Gianeth. Já estou conversando com a Gazzola e, no que depender da Assembleia, trabalharemos para que o ensino profissionalizante de todo o Estado de Minas Gerais realmente melhore. Uberlândia precisa ter mais agilidade em abrir seus cursos para poder ter uma lista enorme de demanda. Sem dúvida alguma precisamos conversar com o governo estadual para que as secretarias competentes tomem providências. Doa a quem doer, pois, se tivermos de falar de governo estadual, de governo federal ou de Municípios, falaremos, pois temos de defender o povo. Afinal, foi por essa razão que fui eleita Deputada: para falar a verdade,



defender o povo e apresentar propostas. Estou apresentando proposta, estou correndo atrás. Não depende de nós, mas vou defender o povo a todo momento em que for preciso. Aliás, há professoras deprimidas por estarem em desvio de função em Contagem. Mesmo com um sindicato combativo e trabalhando constantemente, há muita insatisfação com esse comportamento da Prefeita Marília.

Aproveito a oportunidade para me manifestar favoravelmente aos Defensores Públicos do nosso Estado. (- Lê:) “Considerando a realização do VI Concurso Público para Ingresso na Carreira de Defensor Público de Minas Gerais, iniciado em 3/3/2008 com a publicação do edital 1/2008, tendo por objeto o preenchimento inicial de 150 cargos vagos...”. Percebemos que, apesar de todas as dificuldades, faltam cargos de Defensores Públicos em nosso Estado. Sabemos que as pessoas que não podem contar com um advogado precisam da Defensoria Pública. Portanto, estamos aqui apresentando requerimento solicitando realmente o preenchimento dessas vagas. Oitenta mil pessoas são atendidas pela Comac em função, às vezes, da falta de Defensores Públicos. Muitos advogados não aceitam nomeação para atuação dativa. Ou seja, a defesa dos réus, que deveriam ser assistidos pela Defensoria, fica prejudicada.

Percebemos que as pessoas mais pobres têm direito de ter um advogado ou uma advogada, mas, infelizmente, elas não têm conseguido ter o seu defensor, mesmo sabendo que temos tantos profissionais e pessoas preparadas para assumir. Há o concurso público, e existe um pouco mais de 400 Defensores Públicos para 1.200 cargos criados. Portanto, a aprovação de somente 210 candidatos para o cargo de Defensor Público no Estado de Minas Gerais, em um universo de 10.779 inscritos. Quer dizer, 71,86% candidatos por vaga. Precisamos considerar também que a classe inicial da carreira de Defensor Público de Classe I comporta 300 defensores públicos. Infelizmente, sabemos que foi veiculado no diário oficial do Estado, no dia 23/12/2010, a informação de que a Classe I, que abrange os níveis I e II, tem 205 cargos vagos. Isso acontece não apenas na área criminal, mas também na área cível e na vara de família, sobrecarregando as varas. Temos um povo sofrido, que precisa ter seu advogado ou sua advogada, e infelizmente não consegue.

Percebemos que, no último dia 19/1/2011, foram confirmados na carreira 92 Defensores Públicos, que se encontram na Classe I, nível I, por meio de deliberação do Conselho Superior, bem como que sua promoção para o nível II na carreira gerará a vacância de cargos suficientes ao ingresso de todos os aprovados no nível I. Portanto, espero ter o apoio de todos nesta Casa. Consideramos que, dos 210 aprovados, aproximadamente 50 candidatos estão em fases adiantadas de outros concursos públicos ou já foram aprovados em concursos para outras carreiras do País, conforme a planilha que vários profissionais da área nos passaram. Então é importante que tenhamos a informação veiculada na cartilha do III Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil. Há 294 comarcas em Minas Gerais, mas somente 109 delas são atendidas pela Defensoria Pública, ou seja, 37% das comarcas. Então consideramos que o número de defensores lotados nas comarcas é insuficiente para atender a demanda efetiva de serviço, o que, de certa forma, compromete uma atuação eficaz do serviço público, evidentemente diminuindo as chances de maiores resultados positivos nas demandas em geral.

Consideramos recentes notícias veiculadas no sítio eletrônico da Defensoria Pública, bem como em jornais de grande circulação, dando conta de que várias comarcas estão com desfalque de defensores públicos. A título de exemplo: Juiz de Fora precisa de mais de 25 Defensores Públicos; Uberaba necessita de outros 9 profissionais; 3 em São João del-Rei; da mesma forma Nova Lima, Barroso, Nova Serrana, Pedro Leopoldo, Contagem e Uberlândia encontram-se sem Defensores Públicos.

Consideramos também que, no dia 9/3/2010, a Secretária de Planejamento de Minas Gerais encaminhou comunicado, publicado no sítio eletrônico da Defensoria Pública, informando a assinatura, pelo Governador do Estado, garantindo a nomeação de todos os candidatos aprovados no VI Concurso Público para Ingresso na Carreira da Defensoria Pública.

E ainda sabemos dos gastos com os Defensores Dativos, que, por vezes, são nomeados tão somente para acompanhar determinada fase do processo ou uma simples audiência, ao contrário dos Defensores Públicos que propõem as ações ou apresentam defesas e acompanham todas as fases processuais, até o trânsito em julgado. Consideramos a nossa lei orçamentária, que prevê esse aumento para pagamento da remuneração. O documento é extenso, e solicitamos que analise essa possibilidade. Esperamos que ela venha a ter o apoio de todos os membros desta Casa, no sentido de somar esforços para que, de fato, aumentemos o número de Defensores Públicos no Estado. A importância do papel desempenhado por eles é muito grande na transformação, na integração social e na inclusão. E não só nessa questão integração, onde podemos considerar as famílias e as pessoas excluídas, mas também na garantia do desenvolvimento econômico, social e jurídico dos necessitados. A Defensoria Pública faz com que a pessoa se sinta segura no momento em que ela passa por muita dificuldade. Então solicito que possamos acolher este documento, que foi assinado por todos que passaram no concurso.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Parabenizo V. Exa, que tocou em um ponto importantíssimo que se refere aos Defensores do Estado.

Com Comissão de Segurança Pública da Assembleia, visitamos a cadeia de Monte Carmelo, no Triângulo, o 17º Batalhão de Polícia Militar, de Uberlândia, e a 16ª Delegacia de Polícia Civil, de Uberlândia, que se encontra em situação caótica. O Deputado Sargento Rodrigues, que conhece bem o sistema no Estado e participou dessa comitiva, constatou e afirmou que esta foi a pior Delegacia que ele já viu em todas as suas andanças por Minas Gerais. Realmente a Delegacia está caindo aos pedaços e não oferece as menores condições de trabalho para os servidores e muito menos para a sociedade.

A Deputada Liza Prado* - Exatamente.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - É uma realidade de todo o Estado, mas, em Monte Carmelo, percebemos o abandono também, pois lá não existe nenhum Defensor Público, e é fundamental a Defensoria Pública para que o cidadão tenha acesso à Justiça.

A Deputada Liza Prado* - Inclusive, Deputado, em Monte Carmelo, há mulheres, menores e homens no mesmo local, sem separação, o que não podemos permitir.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Estava na Comissão de Segurança Pública substituindo a Deputada Maria Tereza Lara, e o que se constatou foi uma coisa absurda.

Aproveitamos o momento para parabenizar V. Exa., mas também para cobrar a intervenção do Estado, providenciando os Defensores Públicos para os locais em que são necessários, pois esse é um direito da população, e resolvendo o problema da 16ª Delegacia Regional, de Uberlândia, que atende a mais de 1 milhão de pessoas de toda a região. A situação é precaríssima e



insustentável, o prédio é da década de 70 e está quase caindo aos pedaços. Esperamos que o Estado intervenha e resolva essas situações de uma vez por todas. Parabéns pela defesa que faz dos servidores do Judiciário.

A Deputada Liza Prado* - Obrigada. Realmente o prédio da Delegacia está caindo aos pedaços e os servidores estão passando por muitas dificuldades. A Comissão está de parabéns, e teremos de voltar, porque os Detetives têm sofrido muito por falta de condições de trabalho eficiente.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Obrigado. Saúdo V. Exa. pelo seu pronunciamento e agradeço por sua presença no nosso Sul de Minas, em Pouso Alegre, com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Quero congratulá-lo pela importantes reflexões que V. Exa. faz a respeito da Defensoria Pública. Há longa data, estamos buscando ações junto ao Governador quanto às nomeações, e há 152 Defensores para serem nomeados, o que deverá ocorrer no máximo em 90 dias, conforme manifestação do Governador junto à Defensora-Geral, Andréa. As nossas comarcas não podem ficar sem os Defensores, que têm suprido todas as necessidades delas, traduzindo e conduzindo as ações e o Tribunal do Júri. Temos recebido inúmeros “e-mails” dos Defensores que estão aguardando sua nomeação, que espero ocorrer no máximo em 90 dias. Parabéns.

A Deputada Liza Prado* - Obrigada, foi uma honra estar em Pouso Alegre com a Comissão. A questão dos radares tem preocupado os mineiros, e a denúncia feita no programa “Fantástico” aumentou a procura pela Comissão.

O nosso próximo passo será ir a Coronel Fabriciano, que assinou um contrato absurdo - talvez nem por maldade do Prefeito, mas por desconhecimento -, o qual fala em produtividade e no envio do edital. Aberrações como essas mexem no bolso do contribuinte e precisamos discutir. Foi um prazer ir a Pouso Alegre. A audiência realizada foi de alto nível e contou com a presença de representantes do governo, dos Municípios e Vereadores. Fomos muito bem recebidos, e a Assembleia teve um saldo positivo.

Para concluir, agradeço a informação a respeito da Defensoria Pública, pois temos de defender os nossos servidores públicos. Se forem bem remunerados e tiverem boas condições de trabalho, prestarão um serviço de qualidade. Tenho certeza de que todos apoiarão a nossa causa. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, boa tarde. Tenho hoje vários assuntos para serem tratados, mas gostaria de começar falando sobre a solicitação da Prefeita de Contagem, Marília Campos, do PT. Ela leu no jornal “O Tempo” que o Deputado Gustavo Valadares lhe fez uma crítica na Assembleia Legislativa, dizendo que, em Contagem e em Nova Lima, os nossos Prefeitos não divulgam obras realizadas pelo governo do Estado. A Prefeita Marília Campos enviou-me farto material, no qual demonstra ter um comportamento republicano. Ela pediu que eu comentasse o assunto nesta tribuna e entregasse ao nobre Deputado Gustavo Valadares o que a Prefeitura de Contagem está fazendo. Ela expõe, em seu boletim - e os Deputados poderão verificar depois -, o recurso da Prefeitura de Contagem, o do governo do Estado e o do governo federal. Portanto ela não está infringindo o que julga ser importante, tratamento igual e republicano entre as três esferas de governo. Assim, ela enviou farto material comprovando isso. Talvez o Deputado Gustavo Valadares já esteja acostumado com a prática de outros aqui, que jamais expõem o que é do governo federal, cujos nomes dos programas ficam para o governo do Estado.

Quero também aproveitar e falar do assunto de Coronel Fabriciano, sobre o qual a Deputada Liza Prado falou. O Prefeito Chico Simões pediu-me, Liza, que a audiência pública em Coronel Fabriciano fosse realizada por solicitação minha e do Deputado Antônio Júlio, Líder do bloco. Ele quer que a Comissão vá até lá. Existe um contrato assinado pelo Prefeito anterior. Ele não tem absolutamente nada com isso e faz questão de que o fato seja esclarecido para não ficar parecendo que o problema de Coronel Fabriciano é responsabilidade dele. Tanto a Marília quanto o Chico foram Deputados desta Casa, e tenho absoluta confiança neles. Ele quer que o caso vá para lá, seja debatido e fique na conta de quem deve ficar, de fato.

Aproveito também para cobrar do Presidente desta Casa e do Deputado Délio Malheiros a CPI dos radares. Lembram que havia a máfia dos radares? Então pergunto à base do governo por que as assinaturas foram retiradas. Dizem que retiraram as assinaturas da CPI dos radares, que agora caiu sobre quem de direito, o DER-MG. A mesma empresa que a Globo denunciou ganhou licitação no Estado, toda a licitação do DER-MG. Talvez por isso, Deputado Antônio Júlio, a CPI faça parte do passado. Tira-se e põe-se CPI à vontade do governo do Estado de Minas Gerais. A CPI dos radares é mais uma que colocaram na conta. Certamente ela esbarraria no DER-MG. Repito: a mesma empresa denunciada ganhou recentemente a licitação do DER-MG. Por isso acabaram com a CPI, tão promissora, da máfia dos radares em Minas? Deixo o meu apelo para que a CPI funcione. Não estou vendo o Deputado Délio Malheiros cobrar na tribuna a CPI proposta por ele, a qual assinamos. Foram 38 assinaturas. Mas onde está a CPI? Sumiram com a CPI, Deputado Sávio Souza Cruz. Tiram e põem. Ninguém sabe mais onde está a CPI, que agora certamente trataria da questão do DER-MG.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - Deputado Rogério Correia, aproveito a fala de V. Exa. sobre a CPI. Sabemos que, nos últimos anos, no Estado de Minas Gerais, houve apenas uma CPI, que por sinal teve um resultado fantástico, abafado pelo governo e pela Vale do Rio Doce, que pagou à imprensa para fazer isso. Tanto que ganhamos na Justiça o cancelamento do licenciamento, mas continuam trabalhando e realizando audiências públicas para legalizá-lo. Esse é um ponto polêmico. Então, gostaria, Deputado Rogério Correia, que pudéssemos propor, na próxima semana, a instalação da CPI. Todos sabem ou fingem que não sabem que o governo, por meio da administração do Executivo, determinou que o prédio desocupado de 12 andares do Ipsemg, com 12.000m² de área construída, um terreno de 3.800m², em plena Praça da Liberdade, fosse arrendado e alugado, Deputado Sávio Souza Cruz, para um empreendimento hoteleiro que não tem nada a ver com o Ipsemg nem com o Estado. O Estado não tem de beneficiar dessa maneira nenhum empreendimento pessoal. Agora, pasmem: vocês sabem por quanto o governo alugou esse prédio de 12.000m² de área construída, em plena Praça da Liberdade, Deputado Rogério Correia? Por R\$15.600,00 por mês.

Esse valor é o preço de uma sala de 100m². Vejam, alugaram todo o prédio. Será que o Governador Anastasia está sabendo disso? Ou isso veio do governo passado? Esse fato merece uma CPI, uma providência do Ministério Público e do Tribunal de Contas - ou “tribunal do faz de contas” -, porque também não quer apurar fatos contra o governo.



Faço essas denúncias, Deputado Rogério Correia, porque apresentei requerimento à Comissão de Fiscalização Financeira pedindo informações, que não podem chegar por via da Assembleia Legislativa, que é um direito constitucional do parlamentar, porque a Comissão não aprovou o meu requerimento. Por isso fui lá pessoalmente e tive acesso aos documentos, que estão aqui para quem quiser ver. Essa questão do Ipsemg merece uma avaliação mais clara do Ministério Público, da Assembleia Legislativa, por meio de uma CPI, e também do Tribunal de Contas, com uma análise de como o processo foi conduzido. Não adentraremos na forma com que foi conduzido, porque o prazo é pequeno. Tenho aqui todo o relatório; eu e o nosso assessor Elton fomos lá e fizemos a apuração.

Acredito que essa questão de CPI na Assembleia precisa ser revista. Isso é uma defesa do governo. Se o governo não deve, não deve temer nenhuma CPI nesta Casa. Obrigado pelo aparte.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Antônio Júlio. Fico no aguardo. Tenho certeza de que todo o nosso Bloco Minas sem Censura fará questão de assinar essa CPI para investigar o caso do famoso e luxuoso hotel do Sr. Fasano, que já está anunciado para a Praça da Liberdade, com um aluguel tão barato. Trata-se de uma CPI necessária, até para saber que triangulação foi essa e por que o preço ficou tão aquém do preço de mercado. Espero que ela entre em funcionamento junto com a CPI da máfia dos radares no DER.

A Deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Obrigada, Deputado Rogério Correia. Tive acesso a essa informação e gostaria de fazer algumas considerações em relação à exposição do Deputado Antônio Júlio. A concessão, porque não é uma venda, do prédio do Ipsemg foi aberta, pública e teve um único concorrente, o Hotel Fasano, que é uma rede importante.

Queria dizer que Belo Horizonte - como Vereadora até aprovamos várias legislações de flexibilização -, para sediar os jogos da Copa do Mundo, precisa de determinado número de vagas - não de número de hotéis - em hotéis cinco estrelas. É um esforço do governo do Estado e da Prefeitura de Belo Horizonte, que incentivam a rede hoteleira a construir hotéis luxuosos, como exige a Fifa. Essa transação é pública, como qualquer transação que diz respeito a um órgão público, é transparente e não tem nenhum favorecimento e nenhuma questão que traga qualquer dúvida. Além do mais, valorizará a Praça da Liberdade como circuito cultural, atrairá o turismo de negócio, gerará renda e empregos para a população de Belo Horizonte. Queria dizer desse esforço do governo, que acho ser de todos nós, para que Belo Horizonte receba os jogos e até, quem sabe, abra a Copa, já que o Mineirão é a obra mais avançada em todo o País. O Fasano se inclui nesse circuito, além de valorizar a Praça da Liberdade.

É bom dizer que, depois de vencido o prazo da concessão, esse prédio, já com as benfeitorias, voltará para o patrimônio do Ipsemg, o que valorizará a previdência dos servidores.

O Deputado Rogério Correia - Cara Deputada Luzia Ferreira, agradeço. Porém acho que isso precisa ser investigado, porque, com esse valor de R\$180.000,00 ao ano, com uma única concorrência - havia 60 interessados e, de repente, caiu para um único, exatamente um amigo do ex-Governador -, ficamos, no mínimo, com uma pulga atrás da orelha. Deputado Antônio Júlio, V. Exa. levanta um caso importante. Penso que uma CPI certamente nos dará condição de melhor avaliação dessa questão.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, cumprimento V. Exa. por trazer mais esse assunto tão importante. Vivemos uma situação absolutamente anacrônica em Minas. Todas as razões elencadas pela Deputada Luzia Ferreira são absolutamente fundamentais, precisam ser consideradas. Todavia nem tudo isso e nem todas as razões possíveis podem justificar que o patrimônio público seja doado aos amigos do rei. Isso não pode continuar a acontecer. Nas Minas Gerais de Aécio, o significado das PPPs mudou, passou a ser: é público? Pode pegar, mas isso vale para os amigos. É fundamental denunciarmos esse tipo de situação e levarmos a questão ao conhecimento não só de Minas, mas também do País. Além disso, podemos - quem sabe - fazer um processo investigativo para levar esse caso às últimas consequências. É fundamental não permitirmos que o patrimônio público continue sendo usado como se fosse particular, como se pertencesse ao Senador Aécio Neves, para ser doado aos seus amigos. É importante levarmos essa investigação a fundo. Quem sabe, por meio do Bloco Minas sem Censura, possamos convocar uma coletiva em outro Estado da Federação ou no Distrito Federal, porque, conforme sabemos, se a coletiva for dada em Minas Gerais, não será publicada em lugar nenhum. Cumprimento V. Exa. por mais esse serviço prestado ao povo de Minas.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Deputado, pelo aparte. Sr. Presidente, já estou terminando. Gostaria apenas de fazer coro com o Deputado Antônio Júlio em sua solicitação no tocante à investigação, afinal esse é o papel da Assembleia Legislativa. De fato é estranho o valor desse aluguel. O valor é muito baixo. Além disso, é estranho o fato de os 60 interessados terem sido reduzidos a apenas um, sendo aquele o valor do aluguel. Há muitas outras condições também muito vantajosas. Estranho também é o fato de a CPI dos radares, solicitada por 38 Deputados, ter sido sepultada depois que o DER anunciou o resultado da vitória exatamente da mesma empresa denunciada no Estado de Minas Gerais. A CPI desapareceu. É proibido investigar o governo do Estado de Minas Gerais? Como podemos fazer isso, se as próprias Assembleias Legislativas não o fazem? São essas as duas questões que gostaria de abordar, além de deixar aqui meu apoio. Quero dar rapidamente uma justificativa, Sr. Presidente. Iria hoje a Brasília, onde seria votado o piso salarial do magistério. Porém, com o falecimento de nosso saudoso companheiro José Alencar, o Supremo está de luto, assim como todo o Brasil, e desmarcou a votação de hoje. A Assembleia Legislativa se fará presente, na próxima semana, em uma campanha nacional favorável à implantação do piso dos professores. Fiquei justificar o meu não comparecimento, que é exatamente por motivo de luto. Espero conseguirmos aprovar na semana que vem, por intermédio do Supremo, o piso nacional das professoras e dos professores. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.



ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 4/4/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Anselmo José Domingos

exonerando Reinaldo de Oliveira da Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Erlei Anacleto de Paula para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Reinaldo de Oliveira da Costa para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa

exonerando Giselle Feller Stoianoff Santos Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;
exonerando Renato Campos Guabiroba do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
nomeando Jussara Campos Guabiroba para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
nomeando Manuelle Ferraz de Bessa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso

exonerando Alexandre da Silva do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
exonerando Carmélia da Silva Braga do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
exonerando Cícero Reis Soares do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
exonerando Geraldo Evangelista Cordeiro do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
exonerando José Carlos de Oliveira Gomes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
exonerando Leozina Alves Ferreira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
exonerando Patricia Pace Peixoto do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Cícero Reis Soares para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Geraldo Evangelista Cordeiro para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando José Carlos de Oliveira Gomes para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Magna de Almeida Calixto para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
nomeando Maria Antonieta Moreira de Andrade para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;
nomeando Patricia Pace Peixoto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;
nomeando Paulo Sérgio Braga Trindade para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Wolney Batista Ferreira Machado para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando Silvio Luiz de Almeida Duarte do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;
exonerando Valdeni Santana Ferreira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;
nomeando Mirtes Horta Cipriano para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Silvio Luiz de Almeida Duarte para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
nomeando Valdeni Santana Ferreira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;
nomeando Viviany do Carmo Odilon Campos para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
nomeando Welissa Saliba Maia Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Maria Aparecida Vidal do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Paulo César de Araújo do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência.

exonerando, a partir de 31/3/11, Wesley Rocha Guimarães do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Leonardo do Carmo de Oliveira Mateus para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Maria Aparecida Vidal para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Denilson Francisco Teixeira do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

exonerando Maria Antonieta Moreira de Andrade do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso, Vice-Líder do BPS;



nomeando Décio Rodrigues Butori para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso, Vice-Líder do BPS.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e 5.305, de 22/6/07, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando Leonardo do Carmo de Oliveira Mateus do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura;

nomeando Nilton Alves da Silva para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura;

nomeando Paulo César de Araújo para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MCI Tecnologia e Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção predial e adaptação de instalações. Vigência: de 1º/12/2010 a 1º/12/2011. Objeto deste aditamento: reajustamento do contrato em virtude de convenção coletiva de trabalho. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: WMW Sistemas de Vídeo Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenções corretiva e preventiva em equipamentos de radiofusão (sons e imagens); elaboração e execução de projetos de instalação e remanejamento de equipamentos novos ou já existentes; consultoria técnica, suporte técnico e treinamento para utilização de equipamentos e acessórios de captação de áudio e vídeo, copiagem de fitas, edição linear e não linear, operação de todo o sistema, pós-produção e distribuição e exibição de sinais de rádio e televisão. Vigência: 12 meses, com termo inicial em 29/4/2011. Objeto do aditamento: 2ª prorrogação, com reajuste de preço. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONVÊNIO

1ª Conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª Conveniente: Município de Prata. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos a contar de 18/4/2011. Dotação orçamentária: 02.04.01.24.722.0033.2006.33.90.39.00.

TERMO DE CONVÊNIO

1ª Conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª Conveniente: Município de Coração de Jesus. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos a contar de 17/3/2011. Dotação orçamentária: 05.01.01.15.452.0052.3029.44.905202(255).

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo conveniente: Município de Felisburgo. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos contados a partir de 18/4/2011. Dotação orçamentária: 04.122.04.04.211.64.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Objeto: cooperação na cessão do Sistema de Bancos de Fotografias Digitais e de soluções relativas ao Gerenciamento Eletrônico de Documentos e Certificação Digital. Objeto do aditamento: 2ª prorrogação do ajuste. Vigência: 36 meses contados a partir de 29/5/2011.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: RD Comércio de Móveis para Escritório Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção corretiva e reforma de mobiliário. Vigência: 12 meses contados a partir da assinatura. Licitação: Processo Licitatório nº 114/2010 e Pregão Eletrônico nº 113/2010. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**ERRATA**

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 2/4/2011, pág. 71, col. 4, onde se lê:

“Lindoar Gomes da Silva”, leia-se:

“Lindomar Gomes da Silva”.